

OS ARQUIVOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS ESQUERDAS NA ARGENTINA. UM CASO DE SUBDESENVOLVIMENTO CULTURAL

Horacio Tarcus¹

A República Argentina é um país paradoxal. O historiador Milcíades Peña costumava dizer que a Argentina é o país do “como se”, onde nada é o que parece, onde atrás da pátina deslumbrante de modernidade é preciso descobrir o atraso. Embora Peña pensasse especialmente no fracasso da modernização industrial, sua visão crítica também é pertinente para pensar o surpreendente atraso bibliotecológico e arquivístico da Argentina.

Os pesquisadores estrangeiros que vêm trabalhar algum tempo no país vivem o paradoxo na própria carne: chegam hipnotizados pelo atrativo da cidade, capital moderna e pujante, mas logo não tardam em despertar de seu sonho ao defrontar-se com o estado de abandono, o atraso tecnológico, as portas fechadas e a opacidade institucional que caracterizam as bibliotecas e os arquivos do país. Os pesquisadores não demoram em ver frustradas suas expectativas de acessar as fontes argentinas por meio de catálogos digitalizados e de serem atendidos e orientados por pessoal competente. Não tardam em descobrir, para citar os dois casos mais retumbantes, que os fundos documentais do Arquivo Geral da Nação dormem no mais absoluto abandono² e que a Biblioteca Nacional converteu-se em um grande salão de espetáculos culturais, com um absoluto desprezo por sua função mais elementar: reunir, preservar, acrescentar, catalogar e difundir o patrimônio bibliográfico e hemerobiográfico nacional³.

Os pesquisadores visitantes desse modo vão descobrindo o paradoxo argentino: um país que ao longo de dois séculos desenvolveu uma surpreendente riqueza cultural, da qual nós argentinos somos orgulhosos, e até vaidosos, mas que, sem dúvida, não se preocupa em preservar. Um país angustiado por seus fantasmas históricos, que vive contemplando um passado que nunca consegue saldar; um país que vive preso a seus dilemas históricos: um país cujos homens políticos, como n' *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, empenham-se em vestir os trajes do passado e se nomeiam com os nomes dos mortos; um país cujos funcionários enchem a boca falando de patrimônio e de memória; muito bem, este país, ao mesmo tempo, não demonstra interesse em produzir condições para resguardar institucionalmente suas fontes históricas.

Atraso econômico e subdesenvolvimento cultural

Como compreender o paradoxo argentino? É preciso antes de tudo pôr-se de lado qualquer explicação para este atraso em termos de “fator econômico”: refiro-me ao conhecido álibi da falta de recursos orçamentários característica de um país periférico, o que o impediria de destinar os necessários recursos para a modernização de suas bibliotecas e arquivos públicos. Nosso atraso é ostensivo não apenas em relação aos poderosos países do chamado Primeiro Mundo, que destinam significativos recursos aos seus arquivos e bibliotecas, mas até em relação a países latino-americanos como Chile, Brasil e México.

Em outros termos: o atraso argentino não se limita ao terreno econômico. No plano da preservação de nosso patrimônio cultural também somos um país perfeitamente subdesenvolvido. John Holloway, com razão, insistiu que,

em um mundo globalizado, pouco importa para a prosperidade de um país o quanto produz cada economia nacional, mas sim o quanto de capital produzido globalmente cada Estado é capaz de atrair e conservar em seu território. Do mesmo modo, no terreno do patrimônio cultural, não importa tanto o capital simbólico que fomos capazes de produzir nacionalmente: o que está em jogo é a nossa capacidade de valorizá-lo como tal e, portanto, de gerar as condições para preservá-lo e socializá-lo.

Os avatares do nosso patrimônio bibliográfico, hemerobibliográfico e arquivístico são provas flagrantes desta afirmação. O estado calamitoso de nossas bibliotecas, hemerotecas e arquivos públicos é o resultado de um processo em que se combinaram e mancomunaram da pior maneira possível fatores como a ausência de políticas públicas em matéria bibliotecológica e arquivística; a descontinuidade institucional do país, que também afetou as bibliotecas e os arquivos públicos; sua falta de transparência institucional frente aos leitores, contribuintes e à sociedade; a ausência de concursos públicos capazes de incorporar ou promover profissionais competentes; a ocupação das instituições por parte de microcamarilhas e sindicatos mafiosos que parasitam o Estado; e, *last but not least*, a falta de orçamento⁴.

Veja-se o caso do destino das grandes bibliotecas particulares, bem como o dos arquivos, sobretudo os privados, sejam eles de escritores, políticos, militantes sociais etc. Quando inexitem ativas políticas públicas para preservar tal patrimônio crucial, para a história de um país, existem três opções: permanece em mãos privadas; é adquirido por colecionadores particulares; ou então é vendido a bibliotecas universitárias ou centros de documentação estrangeiros.

Bibliotecas e arquivos como “propriedade familiar”

Sem dúvida, as grandes bibliotecas particulares tiveram um papel importante, até decisivo, na trajetória cultural da Argentina. Tal é o seu peso, que até se poderia traçar uma história da cultura argentina, ao menos da cultura de elite, fazendo-se a história das grandes bibliotecas pessoais, desde a de Juan Baltasar Maziel até a de Federico Vogelius.

Na época colonial, o rigor inquisitorial, a ausência de gráficas e os entraves comerciais fizeram com que, na ausência de bibliotecas públicas, se constituíssem, em fins do século XVIII, grandes bibliotecas particulares, como a do bispo Manuel Azamor y Ramírez ou a de Juan Baltasar Maziel⁵. Iniciado o processo da independência, apesar dos esforços feitos para proporcionar à jovem nação bibliotecas públicas, as bibliotecas pessoais ainda possuíam um papel capital. Recorde-se, apenas, na década de 1830, a biblioteca pessoal

de Marcos Sastre, que foi colocada à disposição dos estudiosos como Gabinete de Leitura, anexo à sua famosa Librería Argentina da rua Reconquista, onde se nutriram de literatura romântica e utópica os jovens da Geração de 37^o; ou a biblioteca do sanjuanino Manuel Quiroga Rosas, que Sarmento deixara instalada na memória dos argentinos como uma preciosa fonte de conhecimentos renovadores⁷. Depois da batalha de Caseros chegaram à Argentina muitos estrangeiros trazendo suas bibliotecas, enquanto os homens da elite constituíam grandes bibliotecas privadas, “em detrimento das públicas, por sua vez pobres e mal organizadas”. “Raro fenômeno” – prossegue Buonocore – “que foi assinalado, em diversas oportunidades, por ilustres estudiosos visitantes de outros países da Europa e da América”⁸. De fato, as bibliotecas privadas e as coleções de arquivos que chamavam a atenção dos visitantes estrangeiros pertenciam a figuras da elite como Vicente F. López, Bartolomé Mitre, Ángel J. Carranza, Andrés Lamas, Vicente G. Quesada (cuja biblioteca foi logo completada pela de seu filho Ernesto), Miguel Navarro Viola, Manuel R. Trelles, Enrique Peña, Estanislao S. Zevallos ou Francisco P. Moreno. As gerações posteriores não foram alheias a esta tradição, como o demonstram as grandes bibliotecas reunidas por José Ingenieros, Agustín P. Justo, Carlos Astrada ou José Aricó.

Admitimos que, por falta de grandes bibliotecas públicas, as bibliotecas privadas jogaram um papel importante na cultura do país. O penoso é que seu destino final não foi sempre a sua institucionalização pública, como foi o caso do Museu Mitre, em Buenos Aires, ou a Biblioteca Aricó, anexa à Biblioteca Central da Universidade de Córdoba. Bibliotecas extraordinárias, que reuniam livros antigos de enorme valor, coleções de revistas muito raras, gravuras, litografias, mapas, documentos e manuscritos – como a de André Lamas, a de Zevallos, a do Perito Moreno e a de Vogelius – se pulverizaram em leilões públicos (exceto a de Lamas, cuja dispersão foi evitada porque a Biblioteca Nacional de Montevideu a arrematou em leilão). A dos Quesada foi a base sobre a qual se organizou a Biblioteca do Instituto Ibero-Americano de Berlim, enquanto a biblioteca americanista do general Justo foi adquirida pela Biblioteca Nacional de Lima. Recentemente se dispersou a biblioteca filosófica e o arquivo de Carlos Astrada, por meio de sua venda fracionada a sebos...

Em 1917 abria-se um número da *Revista de Filosofia* com esta reflexão:

A história cultural e política de nosso país dorme em arquivos familiares [...] A pouca preocupação ambiente e o zelo dos possuidores dos arquivos fazem com que informações interessantíssimas, que poderiam prestar ajuda eficaz a historiadores e sociólogos, se esterilizem subtraindo fontes preciosas à investigação científica. Nossa história [...] não pode, pois, ser escrita.

Lamentavelmente, quase 90 anos depois, grande parte do patrimônio histórico subsiste sob a forma de patrimônio familiar. Contudo, hoje a responsabilidade é outra: então, em 1917, o debate estava posto na falta de modernização e consciência pública das famílias da elite. A revista de José Ingenieros, em seu afã modernizador e profissionalizante, recordava que a era de *Don Vicente Fidel López*, na qual o ator histórico e o historiador se confundiam, na qual o arquivo histórico e o arquivo familiar eram um só, e na qual a história oficial se praticava como a história das grandes famílias patricias, havia ficado para trás. Essas famílias deveriam aceitar sua substituição, tanto de seu lugar de custódios do patrimônio como do ofício de historiadores, por parte dos arquivos e bibliotecas públicas e dos sociólogos e historiadores profissionais.

Embora tivessem, desde então, crescido ao longo do século XX os campos profissionais da sociologia e da história, o processo de cessão do patrimônio familiar ao espaço público foi muito tênue. Muitos arquivos de personalidades da cultura e da política argentina seguem zelosamente resguardados por seus descendentes como propriedade familiar: não há espírito de legado, pois os herdeiros não têm confiança na capacidade das instituições públicas para resguardá-los e dispô-los para consulta. O sentimento dos contribuintes é, quando se trata de grandes arquivos e bibliotecas públicas, que o patrimônio irá desaparecer nas engrenagens de uma insondável estrutura burocrática; ou, ainda, quando se trata de instituições de menor porte, que ele irá ser apoderado pelas facções que os controlam. Ou seja: as grandes instituições não oferecem garantias de preservação; as pequenas, de acesso público.

O patrimônio cultural e o colecionismo

No mercado dos livros, revistas e documentos argentinos, dado que as bibliotecas e arquivos públicos estão ausentes, a principal demanda provém ou dos colecionadores privados ou das universidades e centros de documentação do estrangeiro.

Detenhamos-nos por um momento no colecionismo privado. Diferentemente dos políticos ou intelectuais da elite, que formam grandes bibliotecas porque os livros são imprescindíveis para o exercício de sua profissão, os colecionadores são animados por uma paixão bibliófila, raramente sendo leitores sistemáticos ou estudiosos das coleções que entesouram. Há, naturalmente, uma excitação bibliófila própria do colecionador em muitos dos primeiros – tal é o caso de Mitre, de Navarro Viola ou dos Quesada –, assim como a maior eficácia na busca da série completa exige aos segundos adquirir um conhecimento exaustivo. Mas o colecionista deve ser uma figura mais obs-

cura, menos visível, possuidor de uma cultura mais parcial, fragmentária e instrumental: geralmente são homens que ganham sua vida com outros afazeres – empresários, profissionais liberais –, nos quais o colecionismo funciona mais como um *hobby* do que como uma necessidade intelectual. Enquanto para os pesquisadores a grande biblioteca é, definitivamente, uma espécie de oficina que encerra suas ferramentas de trabalho, para os colecionadores suas série devidamente ordenadas e classificadas podem adquirir, no limite, um caráter lúdico, decorativo ou de prestígio social. De modo que, se o acesso ao pesquisador às grandes bibliotecas e arquivos familiares não deve ser fácil, muito mais restrito ainda e condicionado deve sê-lo no caso do colecionador, que guarda zelosamente seu tesouro a sete chaves...⁹

Os defensores do livre-mercado de bens culturais presumem que o colecionismo foi um fator de enriquecimento do patrimônio nacional. Esgrimmem em seu favor o argumento de que muitos colecionadores privados, atuando como “pesquisadores” com base, por vezes, em sua intuição e experiência, recuperaram e organizaram durante séculos um patrimônio até então disperso, que finalmente cederam a instituições públicas. Mas como se chamou a atenção a propósito do caso do patrimônio do México (sobretudo, mas não exclusivamente sobre o arqueológico), “muitos formaram e formam suas coleções com juízos subjetivos, com peças compradas em acordo com as suas predileções estéticas, ou por sua raridade e exotismo. Também se conhecem casos cujo objetivo central foi conquistar prestígio social; outros ainda, por seu afã quase doentio de entesourar, mas sobretudo pela esperança de encontrar no futuro melhores lances, ou seja, para especular”. Para esta autora, o colecionismo teve valor no século XIX e princípios do século XX, mas nos albores do século XXI sua existência não se justifica¹⁰.

Na Argentina das últimas décadas, se cair nas mãos de um livreiro uma carta de Mariano Moreno ou de José de San Martín, um documento manuscrito de Juan D. Perón, de Ernesto Guevara ou de Jorge Luis Borges, dificilmente lhe ocorrerá oferecê-lo à venda à Biblioteca Nacional ou ao Arquivo Geral da Nação: ele buscará os centros e as universidades do estrangeiro, ou os colecionadores locais. Mas o problema da alienação de nosso patrimônio não está nos livreiros, pois é inevitável que, na falta de demanda do setor público, eles necessariamente recorram ao privado. Nem tampouco está nos colecionadores nem nas instituições estrangeiras, pois nenhuma lei restringe a compra e a venda, e até a saída para o exterior do país, de documentos de valor histórico. O problema está na falta de um marco regulatório legal e, sobretudo, na ausência de políticas públicas sobre o patrimônio bibliotecológico, hemerobibliográfico e arquivístico.

Drenagem patrimonial rumo aos centros do (primeiro) mundo

No caso da venda aos colecionadores, o patrimônio fica proibido à consulta pública; no caso da venda a centros e universidades do exterior, só fica acessível aos argentinos em condições de viajar e estudar no estrangeiro.

No que diz respeito à drenagem patrimonial ao estrangeiro, não apenas partem dólares ou “cérebros”, mas também livros, revistas, cartas, manuscritos... Do mesmo modo que os pesquisadores egípcios se vêem obrigados a estudar a cultura de seu país nos museus de Londres e de Paris, os pesquisadores da história e do pensamento argentinos somente podem consultar valiosas fontes de nossa cultura indo a cidades como Amsterdã ou Turim, Berlim ou Princeton. Por exemplo, a hemeroteca e o arquivo sobre anarquismo e movimento operário argentinos disponíveis no Instituto de História Social de Amsterdã são mais completos do que todos os existentes na Argentina reunidos. Lá se conservaram durante mais de um século, sobrevivendo até à invasão nazista; aqui estes testemunhos de nossa memória operária apenas sobrevivem penosamente, em coleções nem sempre completas, em algumas bibliotecas anarquistas.

Houve bibliotecas e arquivos completos que, por diferentes meios e variados motivos, saíram do país. Já indicamos que a monumental biblioteca do sociólogo Ernesto Quesada constituiu a base sobre a qual se fundou o Instituto Ibero-Americano de Berlim, e a de Agustín P. Justo foi adquirida pela Biblioteca Nacional de Lima; o arquivo do filósofo Rodolfo Mondolfo, que seus descendentes doaram à Associação Dante Alighieri de Buenos Aires, contudo, partiu há vários anos rumo à Itália; a biblioteca e o arquivo do historiador Luis Sommi foi levada depois de sua morte a algum recanto de Moscou; Liborio Justo doou grande parte de sua enorme biblioteca e hemeroteca ao Arquivo Edgard Leuenroth de Campinas; o arquivo de Victoria Ocampo pode ser consultado na Universidade de Harvard; os de Álvaro Yunque e María Rosa Oliver na Universidade de Princeton; os de Roberto Arlt no Instituto Ibero-Americano de Berlim; ou de Diego Abad de Santillán no Instituto de História Social de Amsterdã... Os exemplos podem ser multiplicados.

Os universitários norte-americanos, europeus, mexicanos ou brasileiros têm ao seu alcance bibliotecas e arquivos extraordinários, podendo lhes consagrar todo o seu tempo e as suas energias; o pesquisador argentino que se proponha a trabalhar com tal tipo de patrimônio sabe que metade de suas energias será destinada à busca de suas fontes, peregrinando por diversas bibliotecas públicas, arquivos privados e sebos. Frequentemente comprará suas fontes, convertendo-se sem querer em um entesourador de raridades.

Do mesmo modo como o colecionador é um investigador principiante, sem perceber o pesquisador argentino torna-se um colecionador amador. Inclusive chega a acontecer de pesquisadores rivalizarem, não pelo rigor ou originalidade de suas interpretações, mas pela posse de suas “próprias” fontes. Seu maior orgulho é estampar, nas notas de rodapé, esta manifestação de nosso subdesenvolvimento cultural: “Original no arquivo do autor”.

Não se pode ignorar que, desde a Antiguidade, a história das grandes bibliotecas (assim como a dos museus) está diretamente vinculada aos projetos de expansão imperial. Todos os conquistadores tomaram para si ou enviaram aos seus soberanos butins de guerra ou presentes de terras exóticas que comprovavam suas façanhas, suas conquistas e seus descobrimentos. O inglês Thomas Richards, em *The Imperial Archive*, um clássico dos estudos pós-coloniais, analisa os modos de apropriação ou sistematização do que ele chama de “arquivo imperial” britânico. Este não seria tanto uma biblioteca nem mesmo um museu, adverte, mas sim “uma fantasia de conhecimento catalogado e reunido a serviço do Estado e do Império”. Quando os poderes públicos britânicos falam de “material catalogado” referem-se, no último século, a “conhecimentos colocados sob a jurisdição especial do Estado”¹¹. Sua função de “reservatório do conhecimento universal” foi dispensada sem demora pelos Estados Unidos, que desde a Guerra Fria, e, sobretudo, a partir da Revolução Cubana, construiu uma verdadeira máquina de busca, rastreamento, compra e preservação da bibliografia latino-americana. Qualquer bibliotecário argentino (ou latino-americano) sabe, por exemplo, que se necessitar de informação sobre uma publicação de seu país, seja antiga ou a mais recente, deve começar a pesquisa no catálogo do sítio da Hispanic Division da Library of Congress dos Estados Unidos¹².

Contudo, não podemos reagir diante desta drenagem com um nacionalismo cultural, de outro modo hipócrita, quando não produzimos no próprio país as condições para preservá-lo e socializá-lo. O interesse destes países por nossa produção cultural não pode deixar de ser, para nós, em certo sentido, motivo de orgulho; e sua capacidade de preservá-lo, causa de tranquilidade. O problema está aqui, em nosso país: está na ausência de instituições públicas interessadas em preservar efetivamente este patrimônio além das enfáticas declarações; e está na falta de uma cultura cívica que as acompanhe. Neste sentido, não deixa de ter razão Nicolás Helft, um dos maiores colecionadores de primeiras edições e manuscritos de Jorge Luis Borges, quando, há pouco tempo, provocativamente assinalou: “Não há sentido em lutar pela permanência no país de papéis valiosos quando não existem políticas, recursos econômicos, técnicos nem humanos para a preservação e difusão”. Por outro lado, as universidades e centros do Primeiro Mundo “têm a tecnologia para

resguardá-los e difundi-los. Estou de acordo que os nossos papéis fiquem na Argentina, mas para que me serve o original, se ao deixá-lo aqui o submeto à deterioração ambiental, à burocracia e até ao perigo de roubo?”¹³.

As fontes do movimento operário, dos movimentos sociais e das esquerdas nos arquivos e as bibliotecas públicas

No caso dos arquivos e publicações do movimento operário, dos movimentos sociais e das esquerdas, a situação é tão ou mais dramática. Aqui também a Argentina exhibe uma de suas características paradoxais, pela qual a vitalidade de seus movimentos populares – manifesta ao longo de um século tanto por seu intenso ativismo como pelo desdobramento de sua capacidade organizativa e sua riqueza cultural, desde o movimento anarquista de fins do século XIX e começo do século XX até a “nova esquerda” dos anos 1970 – não encontrou uma expressão proporcional à sua importância nas bibliotecas e arquivos públicos que tivessem uma dotação mínima de material documental reunido em torno dessas experiências e, por sua vez, disponível para consulta e pesquisa.

Em vão, por exemplo, um pesquisador da história operária irá ao Arquivo Geral da Nação (AGN). O AGN é menos um arquivo histórico do que a memória oficial do Estado. Sua própria lógica de organização reproduz a do Estado e vê, portanto, a sociedade “desde cima”. Imediatamente, o pesquisador habituado que segue a pista, por exemplo, das fontes para o estudo do anarquismo argentino, sabe que poderá encontrar algumas delas nos processos judiciais contra os anarquistas. Por seu lado, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca do Congresso da Nação somente abrigam marginalmente partes da história operária argentina¹⁴.

Às razões acima apresentadas sobre o problema das fontes arquivísticas em geral, é preciso acrescentar aqui uma série de razões sobre a falta de preocupação das instituições públicas por este tipo específico de fontes. Em primeiro lugar, é preciso assinalar que a história operária foi tortuosamente incluída dentro do que se pode chamar de “história nacional”: a história do movimento operário anarquistas, socialista e comunista é parcialmente integrada às origens do movimento operário peronista, razão pela qual não se considera a história de tais correntes além de meados do século XX. Outros movimentos sociais, como o movimento estudantil, o das mulheres, o antifascista de década de 1930 e princípios da de 1940, ou os movimentos de solidariedade internacional (com a Espanha Republicana na década de 1930 ou com a Revolução Cubana na década de 1960), escapam quase que completamente ao horizonte da visão oficial e, portanto, de suas bibliotecas

e arquivos. Significativamente, nenhuma universidade pública, nem sequer a Universidade de Buenos Aires, supriu esta ausência.

Em segundo lugar, deve-se destacar que a produção gráfica dos movimentos sociais e das esquerdas adotou características específicas que muitas vezes tornam complexa a sua reunião e preservação. A própria condição de órgãos de movimentos emergentes ou contra-hegemônicos, com frequência perseguidos ou reprimidos, os converte em publicações de aparição irregular, sujeitas a sucessivas metamorfoses em seu formato, a mudanças de nome para fugir da censura, e inclusive a aparição clandestina. As grandes bibliotecas públicas dificilmente colecionam publicações periódicas de aparição irregular, folhetos políticos, documentos sindicais e partidários, e menos ainda panfletos e cartazes políticos. Fica evidente que a descontinuidade institucional sofrida pela Argentina ao longo de boa parte do século XX, agravada pelo terrorismo de Estado desencadeado pelo último regime militar (1976-1983), tornou ainda mais difícil a tarefa de preservar este tipo de fontes históricas. Frequentemente os golpes militares vieram acompanhados de verdadeiras *razzias* dirigidas não apenas contra bibliotecas pessoais dos militantes, mas também contra livrarias e bibliotecas¹⁵.

Arquivos estatais / Arquivos da sociedade

Mas se o AGN restringiu-se a ser, no melhor dos casos, a memória do Estado, e se a Biblioteca Nacional se limita, no melhor dos casos, a receber as publicações nacionais destinadas ao depósito legal, existiram ao longo do século XX o que poderíamos chamar de bibliotecas e arquivos da sociedade civil, verdadeiros reservatórios patrimoniais dos movimentos sociais argentinos, que, além disso, organizaram suas fontes históricas de outro modo, pois olhavam para a sociedade “desde baixo”, desde a ação social e política.

A Argentina conta com uma grande tradição de bibliotecas populares, bibliotecas operárias, universidades populares e arquivos de movimentos sociais, tradição que remonta a fins do século XIX. Foram as bibliotecas dos sindicatos, as bibliotecas socialistas da Sociedade Luz e da Casa do Povo, bem como as bibliotecas dos centros anarquistas, as que durante décadas contribuíram para preservar a memória operária, anarquista e socialista. Os socialistas, sobretudo, realizaram um verdadeiro culto da criação e do bom funcionamento de suas bibliotecas. Contudo, por serem instituições sujeitas aos avatares de seus movimentos sociais e políticos, viveram com eles momentos de legalidade e de perseguição, de expansão e de descenso. Seu caráter subsidiário as impedia de alcançar autonomia suficiente e a necessária profissionalização. Assim foi com a Biblioteca Operária, fundada em 1897 por iniciativa de um grupo de dirigentes socialistas, destruída em 1953 no contexto de graves enfrentamentos entre o

Partido Socialista e o governo peronista, quando grupos afins deste incendiaram a Casa do Povo. A primitiva biblioteca do Partido Comunista Argentino foi enviada para Moscou em 1930, poucos dias depois do golpe militar de setembro. Mas nem todas as perdas resultaram da repressão; a crise e a perda de peso social, político e cultural do movimento operário e das esquerdas também tiveram seu peso. Com a crise da esquerda, muitas instituições anarquistas, socialistas e comunistas e frequentemente suas bibliotecas e arquivos se perderam ou dispersaram. Em 1963 a Biblioteca Operária voltou a funcionar com o que foi salvo do incêndio da Casa do Povo e com base em doações particulares, agora como Biblioteca Operária Juan B. Justo. Embora declare um patrimônio de 90 mil volumes¹⁶, se encontra em penoso estado de abandono, não contando sequer com um catálogo de seu patrimônio. Outra grande biblioteca socialista, pertencente à Sociedade Luz, fundada em 1899 pelo médico socialista Ángel Giménez, foi parcialmente desmantelada e hoje está entregue ao esquecimento. O mesmo acontece com a biblioteca e o arquivo que pertenceu ao dirigente socialista Alfredo Palacios, que entesoura cerca de 20 mil volumes¹⁷.

A memória anarquista preservada na Argentina concentra-se, sobretudo, em duas bibliotecas dessa orientação: a Biblioteca Popular José Ingenieros¹⁸ e a Biblioteca e Arquivo de Estudos Libertários (BAEL), pertencente à Federação Libertária Argentina¹⁹. Enquanto os itens que compunham a biblioteca e o arquivo da antiga FORA (Federação Operária da Região Argentina) foram, de modo geral, abandonados, desagregados e se perderam, as jovens gerações que tomaram relevo nas duas primeiras bibliotecas anarquistas citadas levaram a cabo um voluntarioso trabalho de recuperação patrimonial, ordenação e catalogação. Mas, como em outras bibliotecas desse tipo, onde a escassez de recursos econômicos se soma à própria concepção libertária contrária à profissionalização do trabalho, se reduzem as possibilidades de oferecer horários acessíveis para a consulta de leitores e pesquisadores.

A crise do mundo comunista também levou ao fechamento de dezenas de locais que entesouravam livros, folhetos e documentos relativos à história dessa corrente. A biblioteca e o arquivo pertencentes ao Comitê Central do Partido Comunista da Argentina foram organizados na década de 1990 pelo militante Enrique Israel com vistas à sua abertura pública, mas lamentavelmente isto nunca se concretizou. Alguns dos fundos comunistas estão hoje acessíveis na Biblioteca do Centro Cultural da Cooperação Floreal Gorini, fundado em 1998, que dispõe de um catálogo *on-line*²⁰.

A perda de peso social e político da classe operária argentina no conjunto do país gravitou também durante as últimas décadas sobre as bibliotecas e os arquivos que os sindicatos e as centrais operárias entesouraram. O principal acervo sindical é o que dispõe o Centro de Documentação Eva Perón,

pertencente à Confederação Geral do Trabalho (CGT), fundada em 1930. Embora preserve, sobretudo, a memória operária peronista, este arquivo acumula também as atas e boa parte da imprensa operária correspondente às diversas centrais sindicais operárias argentinas, de orientação anarquista, sindicalista ou socialista, que precederam a CGT ou competiram com ela (FORA, União Geral dos Trabalhadores-UGT, Central Operária da República Argentina - CO-RA etc.). Lamentavelmente, como em todos os casos vistos até agora, as condições de acessibilidade aos catálogos e aos próprios materiais não estão à altura de sua riqueza patrimonial. O mesmo acontece com o resto da memória sindical argentina, que se preserva, frequentemente em condições inadequadas, nas antigas sedes sindicais, tais como a União Ferroviária, A Fraternidade, o Sindicato dos Mecânicos e Afins do Transporte Automotor (SMATA) etc.

Para concluir esta rápida visão geral, destaquemos que, como contrapartida de fragilidade institucional no que se refere à preservação dos arquivos, desenvolveu-se durante as últimas décadas uma forte ação de coleta de fundos pessoais. Muitos dirigentes, bem como pesquisadores, foram reunindo de forma pessoal valiosas coleções à medida que declinavam as instituições políticas e sindicais. Alguns deles simplesmente privatizaram estas fontes, aumentando suas coleções privadas; outros, mais generosos, criaram novas instituições para tornar acessível o que haviam recuperado. Entre ambos, muitos semi-institucionalizaram suas bibliotecas e arquivos.

Entre os esforços que foram do pessoal ao institucional devem ser destacados aos menos dois. De um lado, um acúmulo de fontes relevantes para o estudo do sindicalismo classista de Córdoba do início da década de 1970 (Sindicato dos Trabalhadores de Concord-SITRAC e Sindicato dos Trabalhadores de Materfer-SITRAM²¹) foi reunido graças à perseverança da historiadora Susana Fiorito no marco da Fundação Pedro Milesi, por ela fundada naquela cidade²².

Do mesmo modo, boa parte das coleções de periódicos sindicais da corrente “sindicalista” e vários fundos de arquivos de dirigentes sindicais argentinos (como Sebastián Marotta, Francisco Pérez Leirós etc.) foram reunidos pelo sociólogo Torcuato di Tella nos marcos da Fundação Simón Rodríguez, de Buenos Aires. Também por sua iniciativa temos a existência do valioso Arquivo de História Oral do Movimento Operário Argentino, levado a cabo na década de 1970, e que hoje se encontra depositado na Universidade Torcuato di Tella.

A experiência da REMOS

O principal impulso para recuperar, proteger, organizar e modernizar os arquivos operários e sociais argentinos proveio, como no restante da América Latina, de uma iniciativa da Fundação Pablo Iglesias, de Madri. Aurelio

Martín Nájera, responsável pela biblioteca e o arquivo da FPI, dirigiu-se em janeiro de 1991 a diversas instituições latino-americanas possuidoras de fundos documentais tendo em vista a constituição de uma Rede Ibero-Americana de Arquivos Operários. No comunicado, afirmava:

A situação permanente de semilegalidade, clandestinidade e repressão em que se desenvolveu a vida das organizações operárias fez com que a conservação, salvaguarda ou sistematização da custódia da documentação gerada na atividade política, sindical e social fosse uma quimera na mente de velhos militantes operários. Por outro lado, a atividade destas organizações à margem – quando não em aberto enfrentamento – das instituições estatais, motivou a que arquivos deste tipo que conseguiram sobreviver ficassem fora dos sistemas nacionais de arquivo de cada país, com poucas exceções.²³

A convocação destacava que a democracia recobrada tanto na Espanha como na América Latina, do mesmo modo que a consciência despertada nos meios acadêmicos, sindicais e políticos, colocava na ordem do dia o trabalho comum de identificação de reservas patrimoniais.

O convite espanhol foi o estímulo para que se constituísse uma rede de arquivos argentinos referentes ao movimento operário. Aceitaram o desafio Susana Fiorito, da Fundação Pedro Milesi, de Córdoba, e Nicolás Iñigo Carrera, do PIMSA (Programa de Pesquisa [Investigación] sobre os Movimentos Sociais Argentinos), os quais, após sucessivos contatos e reuniões, conseguiram convocar uma assembleia que, em novembro de 1991, reuniu em Buenos Aires 45 instituições e pessoas. A organização adotou o nome de REMOS (Rede de Recuperação e Proteção dos Arquivos de Trabalhadores e Movimentos Sociais da Argentina).

Finalmente, depois de um ano e meio de conversações, em abril de 1992 aconteceu na cidade de Buenos Aires a reunião que constituiu a Associação Ibero-Americana para a Recuperação e Proteção dos Arquivos dos Trabalhadores e suas Organizações (AIRPATO). De acordo com o informe que apresentou em tal reunião, a REMOS havia estabelecido como seus objetivos:

Recuperar a memória histórica dos trabalhadores e dos setores populares, e do movimento social de modo geral; organizar a busca, identificação e proteção de seus arquivos e materiais históricos; criar a consciência da necessidade de proteção dos materiais existentes; evitar a perda de materiais por deterioração, venda ou destruição; conseguir financiamento para organizar e arquivar documentação e para acondicionar material sem processamento e proteção adequados.²⁴

A assembleia da AIRPATO conseguiu reunir 40 representantes de toda Ibero-América. Foram apresentados 17 informes, relativos a 19 países ibero-americanos. Suas atas publicadas constituem ainda hoje o principal destaque de conjunto de repositórios de fontes operárias na Espanha e de quase toda a América Latina. No entanto, apesar desse início auspicioso, a AIRPATO morreu antes de nascer. Sucumbiu às forças centrífugas que, como é comum, põem em jogo as estéreis lutas política internas e os afãs hegemônicos, bem como uma diversidade estrutural que entorpeceu os consensos entre instituições díspares entre si e realidades nacionais também muito desiguais.

Por seu lado, a REMOS argentina sobreviveu ao fim da AIRPATO, mesmo que subsistindo mais como uma rede virtual que real. O mérito e, ao mesmo tempo, o limite da REMOS, foi a diversidade de instituições que conseguiu reunir na rede. Tal diversidade dava a pauta da dispersão das fontes operárias argentinas²⁵.

Como se destaca no balanço feito pelos seus organizadores, a debilidade da REMOS fixou-se na própria diversidade de seus membros e em seu caráter aberto e reticular, condições que “fazem com que muitas vezes seja difícil levar adiante projetos que devem contar com a aprovação de todos os membros da rede”²⁶.

Apesar disso, a REMOS deixou como saldo uma primeira rede constituída, elaborou um primeiro quadro sobre a situação dos arquivos operários na Argentina e produziu um guia dos repositórios. O Informe da REMOS apresentado na assembleia da frustrada AIRPATO, embora fosse um texto elaborado consensualmente entre instituições muito diferente, não pôde dissimular o estado crítico em que se encontravam os arquivos operários e sociais na Argentina. Seja direta ou indiretamente, se falava de “dispersão” das fontes e da informação, da ausência de recursos técnicos bem como de critérios profissionais no trabalho arquivístico em relação às normas internacionais, de dificuldades para o acesso ao patrimônio por parte da comunidade, de ausência de redes em nível local e regional e de falta de “consciência arquivística”. Até se atrevia a manifestar “a preocupação [...] pelas condições em que se faz o transporte de materiais à nova sede da Biblioteca Nacional e o destino das coleções que a integram”²⁷.

Por acaso o grande mérito dessa rede foi a realização do primeiro censo de repositórios operários argentinos, cujos resultados foram publicados em um folheto intitulado “Bibliotecas e Arquivos documentais dos trabalhadores argentinos”. Segundo o mesmo, no final da década de 1990, a REMOS havia conseguido reunir informações sobre os fundos operários de 46 organizações. É significativo que muitas instituições, ao preencher o questionário, deixaram em branco os espaços correspondentes ao item “Acesso”, “Sala de Consulta”,

“Horários”. Outros aderentes da REMOS, cerca de 80, nem sequer forneceram informações acerca de seus fundos documentais. Como se assinala no balanço da REMOS já citado, dado que “a maior parte de seus integrantes são particulares ou pequenos centros de pesquisa ou sindicatos, que não têm estrutura para sistematizar a informação, [...] foi muito difícil contar com base de dados e tratar de normatizá-las”²⁸.

Arquivos do poder – Arquivos da resistência

Os primeiros anos da década de 1990, quando os ventos do neoliberalismo açoitavam uma classe operária em retirada e uma esquerda em crise, constituíram um marco histórico e político pouco propício para a afirmação de experiências como AIRPATO ou REMOS. A Argentina conheceu naqueles anos índices de desemprego inéditos em sua história, a esquerda batia em franca retirada e o movimento de direitos humanos, nascido sob a última ditadura, não conseguia recuperar-se de um ciclo de queda iniciado em 1987, com a sanção das leis de impunidade, e acentuado em 1990, com as leis de indulto decretadas pelo então presidente Carlos S. Menem. Dentro de tais marcos, a história operária que havia começado a insinuar-se na agenda acadêmica da pós-ditadura ficou reduzida a um papel residual, enquanto a história das esquerdas não tinha sequer carta de cidadania no mundo universitário. Os arquivos operário ou das esquerdas apareciam então como carentes de qualquer relevância e somente pareciam constituir uma carga onerosa para seus depositários, os antigos sindicatos e os velhos partidos em crise.

Contudo, nos últimos anos do século passado e nos primeiros do presente, uma série de circunstâncias coincidentes favoreceu a revalorização das experiências militantes do passado e, com elas, as políticas de arquivo. Talvez a enorme marcha convocada em março de 1996 pelas organizações de Direitos Humanos por ocasião do 20º aniversário do golpe militar possa ser considerada como o ponto de partida de um novo ciclo. Como recentemente Daniel James destacou, nos últimos anos eclodiu

o que poderíamos chamar de desenvolvimento da cultura da memória na Argentina, relacionado, por sua vez, com um diferente contexto político. A Argentina viveu durante a última década seu próprio auge da memória, sobretudo em relação às vítimas da ditadura. Passou de uma cultura de amnésia oficialmente sancionada, vinculada aos governos de Carlos Menem, a algo parecido a uma cultura de duelo oficialmente dirigida, sob o governo Kirchner. Este deslocamento se refletiu em uma explosão de sítios arquivísticos de memória – tanto virtuais e com base na internet como reais –, primordialmente dedica-

dos à recolha de testemunhos orais dos sobreviventes. Houve uma crescente intersecção entre uma verdadeira febre de arquivo com o que se chamou de “era da testemunha” e “época do depoimento”.²⁹

Num contexto em que se reabriam os processos judiciais contra os responsáveis pelo terrorismo de Estado, a sociedade civil recuperava alguns dos arquivos do poder estatal, ao mesmo tempo em que produzia novas fontes testemunhais sobre os chamados “anos de chumbo”. Foi assim que, em março de 2001, vários organismos de Direitos Humanos formaram a associação Memória Aberta, com o propósito de construir um arquivo de testemunhos orais sobre o terrorismo de Estado, e que logo se ampliou para outros projetos. Paralelamente, no âmbito da Província de Buenos Aires se formou a Comissão Provincial pela Memória, integrada por destacados membros desses mesmos organismos. A Comissão tomou ao seu cargo o ordenamento e catalogação do arquivo da Diretoria de Inteligência da Polícia de Buenos Aires (DIPBA), “um extenso e pormenorizado registro da repressão política sobre homens e mulheres ao longo de meio século”. A Comissão foi criada em agosto de 2000 e o arquivo da DIPBA foi aberto paulatinamente à consulta pública a partir de 2003.

Sendo assim, nos albores da restaurada democracia argentina, assistimos à emergência – como parte de um processo mais vasto de elaboração coletiva da experiência traumática da última ditadura militar – de uma importante massa de literatura testemunhal sobre as experiências da repressão, da prisão, da tortura, do desaparecimento e do exílio. O sujeito privilegiado dessa literatura não foi tanto o militante mas sim a vítima da repressão ilegal, paraestatal. Embora se partisse do pressuposto de que a vítima era um ativista político, sua experiência militante apenas podia aparecer nesta literatura de modo sublimado e elíptico.

Só recentemente, nos últimos dez anos, vimos emergir um novo campo de testemunhos, menos centrados na repressão e cada vez mais nas próprias práticas militantes das décadas de 1960 e 1970. A militância política começa a recuperar um primeiro plano e pode-se considerá-la em toda a sua positividade. Aqueles homens e mulheres cujos rostos e nomes frequentemente conhecíamos apenas como vítimas da repressão militar ou paraestatal, a partir (aproximadamente) de 1996 começamos a reconhecê-los como ativos militantes das esquerdas, com suas siglas, seus periódicos e seus postos específicos de luta. O primeiro momento teve como livro paradigmático o *Nunca más* (1984); o segundo momento, os três volumes de *La Voluntad* (1997-1998).

A eclosão dessa problemática manifestou-se antes no jornalismo investigativo que na historiografia acadêmica. Contudo, neste contexto de crescen-

te interesse coletivo pelas experiências do passado recente, muitos historiadores, sociólogos, politólogos, historiados da arte e outros cientistas sociais, especialmente os das novas gerações, começam a aproximar-se profissionalmente à problemática das experiências militantes do passado recente.

Nos últimos anos, esse renovado interesse pelas experiências militantes do passado recente começou também a projetar-se sobre um passado um pouco mais remoto, e temas como a cultura anarquista do início do século XX, as vicissitudes dos combatentes argentinos na guerra civil espanhola, a experiência do movimento antifascista ou a formação da “nova esquerda”, ganham progressivamente interesse entre os jovens pesquisadores e até entre os leitores. Não apenas se ampliou o foco de interesse, como também as perspectivas de estudo, pois as novas abordagens não só recuperaram o avanço que representou a história social dos anos 1960 e 1970, mas também as inovações que recentemente representaram os estudos de gênero, os estudos culturais, a nova história intelectual e a história dos intelectuais, as novas perspectivas que põem o foco na relação entre arte e política, ou os estudos sobre os processos de construção da memória e das identidades coletivas.

Em suma, uma nova geração de pesquisadores, munida de novas ferramentas teóricas e metodológicas, buscou entender seu presente histórico interrogando-se inicialmente sobre o que se chamou de “passado recente”; mas não tardou em descobrir que, para compreender tal passado recente (digamos que seja o período que vai do golpe militar de 1966 à recuperação democrática de 1983), era preciso remontar, pelo menos, a um ciclo histórico mais extenso, que remetia a 1917, ou até a 1890 (para citar duas datas emblemáticas). Não se podia desentranhar o sentido da chamada “nova classe operária” de fins dos anos 1960 sem inscrevê-la no ciclo da classe trabalhadora argentina aberto em fins do século XIX. Desse modo, embora a chamada “nova esquerda” dos anos 1960 e 1970 tivesse seu ponto de partida identitário em sua diferenciação com a “velha esquerda”, é incompreensível sem ela. Assim como o Movimento pelos Direitos Humanos não nasceu com a última ditadura militar, pois possui uma extensa história prévia, como atestam instituições como o Socorro Vermelho, os Comitês pela Liberdade de Sacco e Vanzetti ou a seção argentina da Liga pelos Direitos do Homem.

A experiência do CeDInCI

O Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas na Argentina (CeDInCI)³⁰ foi fruto desse novo interesse pela história dos trabalhadores, dos movimentos sociais e das esquerdas, assim como uma das instituições que o promoveu e o fez propício.

O projeto surgiu em meados da década de 1990, resultante da inquietação com a recuperação de arquivos e bibliotecas pertencentes a velhos militantes por parte de um grupo de historiadores que exercíamos a docência e a pesquisa na Universidade de Buenos Aires. Os historiadores, que pensávamos que a agitada trajetória dos movimentos sociais argentinos e das correntes político-ideológicas que aspiraram expressá-los e orientá-los, apesar das graves derrotas dos anos 1970 e 1980, seguiam constituindo um grande estímulo intelectual e político, se apresentava um obstáculo insuperável: o do acesso às fontes gráficas, orais ou filmicas, às publicações políticas, sindicais e culturais vinculadas às lutas sociais na Argentina, ou aos fundos arquivísticos de instituições ou pessoas, fontes, todas elas, imprescindíveis para nosso trabalho. Como ficou dito acima, nos arquivos oficiais ou universitários tais fontes eram escassas, enquanto os arquivos e bibliotecas de sindicatos e partidos de esquerda eram, em geral, pouco acessíveis para os pesquisadores. Desesperávamos a constante evasão de arquivos e bibliotecas ao exterior e, mais ainda, o abandono, o desmantelamento ou a perda pura e simples de valiosos repositórios em nosso próprio solo.

Construir um arquivo que reunisse, recuperasse e preservasse o patrimônio histórico-cultural das classes subalternas constituía-se, desse modo, em uma tarefa absolutamente necessária. Alguns de nós tivéramos a sorte de conhecer algumas instituições fora de nossas fronteiras que nos serviram como modelo, como o Instituto de História Social de Amsterdã (IISG); a Biblioteca de Documentação Internacional Contemporânea (BDIC) de Nanterre; o Instituto Ibero-Americano de Berlim (IAI); a Fundação Pablo Iglésias de Madri; e o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) de Campinas.

Foi em 1997 que o núcleo fundador – Jorge Cernadas, Roberto Pittaluga e eu – resolveu batizar a nova instituição como Centro de Documentação e Pesquisa da Cultura de Esquerdas. Com este nome se inscreveu em abril de 1977 perante a Inspeção Geral de Justiça como associação civil sem fins lucrativos. Entendemos que a expressão “cultura de esquerdas” ampliava o espectro do centro além do mundo do trabalho, sem deixar de incluí-lo, e o plural garantia diversidade política e ideológica. Durante todo o ano de 1997 fizemos chamamentos, por meio de uma série de reuniões, para obter doações de fontes documentais e contribuições econômicas. Por meio de uma coleta conseguimos adquirir nesse mesmo ano o fundo documental que serve de pedra fundamental do CeDInCI: a biblioteca, a hemeroteca e o arquivo reunidos ao longo de sua vida pelo militante José Paniale. Neste fundo se preservou uma boa parte da memória operária, anarquista, socialista, comunista e trotskista da primeira metade do século XX argentino, embora também não lhe faltasse documentos relativos ao movimento de reforma universitária,

nem periódicos e boletins antifascistas dos anos 1930, nem panfletos da campanha eleitoral de 1945-1946, nas quais triunfou o peronismo.

O dinheiro coletado permitiu alugar uma casa no bairro portenho de Abasto, que foi adaptada graças ao trabalho coletivo de muitos amigos. O CeDInCI abriu suas portas à consulta pública em abril de 1998 integrado essencialmente por dois acervos: o fundo Paniale, que reunia sobretudo publicações da primeira metade do século XX, e o que foi por mim reunido, que abarcava fundamentalmente publicações da segunda metade do século XX. Em dois anos, o Centro conseguiu consolidar uma equipe voluntária formada por uma dezena de arquivistas e investigadores e, a partir de 2000, começou a remunerar economicamente, embora de forma modesta, os seus arquivistas/pesquisadores. Em 2002 transferiu-se para uma nova sede, muito mais ampla, no bairro portenho de Flores, cedida pela Câmara Municipal de Buenos Aires, em reconhecimento pelos serviços prestados.

Se desde então se transformou em um centro vivo, em constante crescimento patrimonial graças aos seus contribuintes, crescentemente consultado por pesquisadores do país e do estrangeiro (recebendo cerca de 15 consulentes diariamente), foi porque conseguiu oferecer acessibilidade aos seus leitores e garantias aos seus contribuintes.

O CeDInCI estabeleceu desde a sua fundação a livre consulta de todo o seu acervo, com a única condição da prévia associação do consulente. Desde o início ofereceu assessoria aos seus leitores, ao mesmo tempo em que elaborou catálogos de seu patrimônio que permitissem a autoconsulta. Atualmente está trabalhando em uma base de dados única, acessível *on-line*, que reunirá informação de todos os seus fundos e em todos os seus formatos.

O CeDInCI propiciou o renascimento de uma forma de transmissão da memória que quase havia se extinguido em nosso país: a do legado. Ao longo desses 11 anos, centenas de velhos militantes políticos, sindicais ou estudantis, ou seus descendentes, contribuíram para completar e enriquecer aquele patrimônio inicial.

Hoje o fundo documental do CeDinCI reúne a maior coleção de materiais sobre a cultura de esquerdas na Argentina, abarcando as produções político-culturais das principais correntes políticas do país desde o final do século XIX até os nossos dias. O arco político atravessa correntes tais como: anarquismo, socialismo, sindicalismo, comunismo, trotskismo, maoísmo, guevarismo, nacionalismo revolucionário e toda a família da “nova esquerda”.

De um lado, reúne a maior biblioteca do país especializada em pensamento social e político. No total possui mais de 30 mil volumes organizados tematicamente: Biblioteca Marxista (Fundo Alfredo Alonso), Biblioteca Latino-Americana, Biblioteca de Estética e Filosofia Política (Fundo Héctor

Raurich), Biblioteca do Pensamento Argentino, Biblioteca Russo-Soviética, Biblioteca de Literatura Social, Biblioteca do Movimento Operário e da Guerra Civil Espanhola, Biblioteca de Mulheres, Biblioteca de Arte, Cinema e Teatro Políticos e Biblioteca de Referência.

Sua Hemeroteca possui:

- 1.800 títulos de revistas e periódicos políticos argentinos, desde *La Protesta* (anarquista) e *La Vanguardia* (socialista) até as publicações da esquerda atual;
- 1.600 títulos de revistas culturais argentinas e 50 coleções de folhetos seriados, entre as quais se destacam *El Mercurio de América*, *Revista de Filosofia*, *Síntesis*, *Sur*, *Davar*, *Punto de Vista*, entre outras;
- 1.000 títulos de revistas e periódicos das esquerda do mundo, sobretudo da Europa e da América Latina (como *Amauta* de Lima, *Le Devenir Social* de Paris, *Critica Sociale* de Roma, *Tierra y Libertad* de Barcelona, *Die Kommunistische Internationale* de Moscou, ou *Casa de las Américas* de Havana);
- 800 títulos de periódicos do movimento operário argentino e de outros movimentos sociais (mulheres, estudantes etc.);
- 1.000 títulos de publicações políticas e sindicais do restante do mundo.

Seus fundos audiovisuais estão compostos de:

- 5.000 fotografias;
- 1.000 cartazes políticos;
- 10 discos de cera e 200 discos de vinil com registros de vozes de dirigentes políticos, hinos partidários e “canções de protesto” dos anos 1960 e 1970.

Seus fundos de arquivo estão compostos do seguinte modo:

- 30 fundos pessoais de dirigentes, militantes e escritores, como José Ingenieros, Nicolás Repetto, Juan Antonio Solari, Samuel Glusberg, Héctor P. Agosti, Milciades Peña, Salvadora Medina Onrubia, entre outros, que somam mais de 30.000 cartas, manuscritos e papéis pessoais³¹;
- Milhares de folhetos, panfletos, documentos partidários e recortes de jornal de organizações políticas e sociais.

Consciente de que um Centro de Documentação não é apenas um reservatório documental, o CeDInCI promoveu neste 11 anos de existência toda uma série de iniciativas referentes à socialização de suas fontes, à pesquisa e ao debate.

Por outro lado, o CeDInCI levou a cabo um trabalho sistemático de microfilmagem e digitalização, cumprindo uma tarefa tanto de preservação como de socialização, pois graças à reprodução fotográfica ou digital, muitas de suas

valiosas coleções não apenas foram preservadas da deterioração e da manipulação, mas, além disso, encontram-se disponíveis em outras bibliotecas e centros de documentação do mundo. O CeDInCI realizou até o presente quatro projetos de microfilmagem, que totalizaram mais de 200 rolos de microfilme, contando em especial com o apoio da Universidade de Harvard, do Latin American Microform Project (LAMP), do Instituto Ibero-Americano de Berlim e da Biblioteca de Documentação Internacional Contemporânea de Nanterre.

Além disso, digitalizou e pôs à disposição de seus leitores e do público em geral, em formato de CD, várias coleções de revistas de acesso muito restrito, tais como *Certamen Internacional de La Protesta* (1927), *Contorno* (1953-1959), *Pasado y Presente* (1963-1973) e *Cristianismo y Revolución* (1966-1971).

O CeDInCI promoveu a pesquisa e o debate através da organização de cursos e seminários, bem como por meio da realização bianual das Jornadas de História das Esquerdas (realizadas nos anos de 2000, 2002, 2005 e 2007). Tanto a terceira (consagrada aos “Exílios latino-americanos”) como a quarta edições (dedicada à “Imprensa política e as revistas latino-americanas”) trouxeram muitos pesquisadores não apenas de Buenos Aires e do interior da Argentina como da América Latina. Suas atas foram editadas em CR-ROM.

Em 1998 o CeDInCI lançou um boletim de informações, *Políticas de la Memoria*, que a partir do número 3 se transformou em revista e que é editada como um anuário de pesquisa e informações do Centro. Nele se publicam ensaios, debates, investigações e são reproduzidas antigas fontes documentais.

O Centro lançou suas próprias coleções de livro sob o selo “CeDInCI editores”, que iniciou sua publicações em 2006 com o livro de Vera Carnovale, Federico Lorenz e Roberto Pittaluga (Organizadores), *Historia, memoria y fuentes orales*. Em 2007 foi publicada uma antologia da imprensa antifascista organizada por Andrés Bisso, *El antifascismo argentino*. No ano seguinte foi publicado na mesma série, e em co-edição com o Instituto Ibero-Americano de Berlim, o livro de Sandra Carreras, Horacio Tarcus e Jessica Zeller (Orgs.), *Los socialistas alemanes y la formación del movimiento obrero argentino, Antología del Vorwärts (1886 – 1901)*. Também em 2008 apareceu, em co-edição com a Academia Argentina de Letras, um volume contendo uma edição fac-similar digital, um estudo introdutório e um índice da revista anarquista *Martín Fierro* (1904-1905). Parte do acervo visual do CeDInCI foi reunido no livro *Gráfica política de izquierda*, editado por La Marca Editores em 2005. Além disso, muitos integrantes da equipe do CeDInCI colaboraram em uma obra na qual trabalhei durante vários anos, compreendendo-a como uma ferramenta insubstituível para um trabalho como o nosso. Refiro-me ao *Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la “nueva izquierda” – 1870-1976*, o primeiro de seu gênero na América Latina.

Além disso, o CeDInCI publicou quatro catálogos com seus fundos documentais: *Catálogo de publicaciones políticas argentinas* (*Catálogo de publicações políticas argentinas*); *Catálogo de publicaciones de los movimientos sociales de la Argentina y el mundo* (*Catálogo de publicações dos movimentos sociais da Argentina e do mundo*); *Catálogo de publicaciones culturales argentinas* (*Catálogo de publicações culturais argentinas*) e *Los socialistas argentinos a través de su correspondencia* (*Os socialistas argentinos por meio de sua correspondência*).

Em suma, CeDInCI é um projeto independente, que se autofinancia por meio de aportes voluntários de seus sócios e mediante a constante apresentação de projetos de catalogação, microfilmagem ou edição, sobretudo a instituições estrangeiras. Conseguiu compensar o escasso apoio recebido por parte das instituições do próprio país com uma eficiente rede de vínculos com instituições amigas do exterior. Desde 2006 o CeDInCI é membro da Associação Internacional de Instituições de História do Trabalho (IALHI) e, a partir de 2008, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso).

Por fim, mas não menos importante, gostaria de destacar que o CeDInCI trabalha incansavelmente pela *criação de uma consciência cívica* sobre o valor público destes acervos, da necessidade de que não se desmantelem nem se alienem. Por meio de artigos em sua revista, de cursos e seminários, ou de cartas de leitores e de ensaios nos jornais, se dirige aos funcionários públicos e à população em geral buscando contribuir para uma cultura da preservação, da recuperação, da valorização desse patrimônio. Contra a opacidade das instituições, fomenta a transparência: a cidadania tem *direito* de saber que fontes entesouram suas instituições. Contra o espírito corporativo, a “apropriação” institucional e a “privatização” patrimonial, vem advogando o livre acesso a catálogos e fontes, atendendo não apenas às necessidades do pesquisador, mas também ao direito da cidadania à informação. Caso seja correta a afirmação de que o acesso da cidadania aos arquivos e bibliotecas é um índice de sua qualidade democrática, se deveria concluir que a Argentina é um dos países menos democráticos da região.

Iniciei este texto assinalando que o problema dos arquivos e das bibliotecas argentinas não era exclusiva e decisivamente orçamentário. Disse, pois, que era mais grave: um problema de subdesenvolvimento cultural. A experiência de 11 anos do CeDInCI prova que se pode fazer muito neste terreno com escassos recursos econômicos e apenas uma dezena de profissionais capacitados e dispostos. Se as instituições públicas visualizassem, como fizemos os que criamos o CeDInCI, o valor histórico desse patrimônio, poderiam, também, gerar a confiança necessária para restabelecer o espírito de legado, e enriquecer-se não apenas mediante compras, mas também através de doações. Como nós, as bibliotecas e arquivos do Estado

poderiam estabelecer projetos conjuntos de microfilmagem ou digitalização com instituições estrangeiras, pelas quais estas poderiam fazer frente aos custos em troca da cessão de uma cópia, o que permitiria às instituições argentinas preservar os originais, contar com uma cópia digitalizada e, ao mesmo tempo, obter os recursos para financiar o trabalho. Os recursos alternativos poderiam ser muitos, mas somente uma consciência e uma vontade coletivas que assumam o espírito “benjaminiano”, do tipo “o patrimônio está em perigo”, poderão gerar novos pactos entre contribuintes e doadores, colecionadores e pesquisadores, instituições locais e do exterior, com o objetivo de frear a alienação e a privatização de nosso patrimônio arquivístico e assentar as bases de um novo ciclo na história bibliotecológica e arquivística da Argentina.

(Tradução de Dainis Karepovs)

NOTAS

¹ Doutor em História pela Universidad Nacional de La Plata e professor e pesquisador da Universidad de Buenos Aires. É autor de *El marxismo olvidado en la Argentina* (1996), *Mariátegui en la Argentina* (2002), *Diccionario biográfico de la izquierda argentina* (2007) y *Marx en la Argentina. Sus primeros lectores obreros, intelectuales y científicos* (2007). É fundador e diretor do CeDInCI (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas na Argentina) de Buenos Aires. Contato do autor: htarcus@cedinci.org.

² Em 1990 a chefe do Departamento de Conservação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, Doris Hamburg, visitou o Arquivo Geral da Nação e preparou um relatório devastador sobre a sua situação. Quase 20 anos depois, a situação permanece a mesma, ou ainda mais grave. O relatório pode ser lido como anexo à Recomendação 74/06 que o Procurador Geral da Nação apresentou ao ministro do Interior por conta do estado crítico da instituição, datado de 31/8/2006.

³ As próprias instituições do Estado argentino, como a Controladoria-Geral da Nação ou o Ministério Público da Nação, reiteradamente elaboraram relatórios críticos sobre a grave situação da Biblioteca Nacional. Um relatório oficial da própria direção da instituição, feito em 2004, reconhecia que “a Biblioteca Nacional descumpra suas [funções] básicas, isto é, adquirir, conservar, preservar, restaurar e difundir o patrimônio editorial dos argentinos”. Apesar dos esforços realizados entre os anos 2004 e 2006, a Biblioteca Nacional voltou a funcionar como um centro cultural. Em janeiro de 2007 houve um intenso debate público sobre a missão da Biblioteca Nacional, a partir de uma carta que dirigi ao secretário de Cultura da Nação apresentando minha renúncia do cargo de subdiretor, debate que se encontra acessível em diversas páginas da internet.

⁴ A respeito da ausência de políticas públicas em matéria arquivística, entendidas como uma “política da memória”, ver as reflexões de Roberto Pittaluga, “Notas a la relación entre archivo e historia”, em *Políticas de la Memoria* n° 6/7, p. 199 e seguintes.

⁵ O próprio bispo possuía em sua biblioteca muitos dos livros proibidos no *Index... V.* BUONOCORE, Domingo. *Libreros, editores e impresores de Buenos Aires*. Buenos Aires: Bowker, 1974, p. 1 e seguintes.

⁶ WEINBERG, Félix. *El Salón Literario*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1976, p. 40 e seguintes.

⁷ SARMIENTO, D. F. *Recuerdos de Provincia (1850)*. Buenos Aires: Eudeba, 1960, p. 186-187.

⁸ BUONOCORE, D., *op. cit.*, p. 166.

⁹ Na Argentina, nas páginas de agradecimento àqueles que permitiram o acesso a fontes com que devem abrir-se os livros dos pesquisadores, a satisfação por haver chegado ao fim a obra, assim como as normas usuais de cortesia, fazem com que se deva omitir o árduo trabalho de pesquisa para chegar ao possuidor privado dos documentos, assim como a série de sucessivas provas a que os colecionadores podem submeter o pesquisador antes de abrir-lhe seus tesouros. As provas podem reduzir-se se se trata de um pesquisador do Primeiro Mundo.

¹⁰ CUBILLO MORENO, Gilda. “El coleccionismo y la compra-venta de bienes culturales en México”. *Memoria*, n° 128, México D.F., out. 1999.

¹¹ RICHARDS, Thomas. *The Imperial Archive: Knowledge and Fantasy of Empire*. Londres: Verso, 1993 *apud* LUDMER, Josefina. *El cuerpo del delito. Un manual*. Buenos Aires: Perfil, 1999, p. 216-223.

¹² Ao contrário, a Argentina – tão orgulhosa, de outro lado, de suas tradições culturais – é um dos poucos países do mundo que não fez sua bibliografia nacional.

¹³ PÉREZ, Ana Laura. “El mercado de los originales”. *Cultura y Nación. Clarín*, 20/7/2002, p. 3.

¹⁴ Em 1968, o historiador Nicolás Iñigo Carrera fez um levantamento das publicações periódicas então disponíveis, entre outros repositórios, na Biblioteca Nacional. Embora a presença da imprensa operária na Biblioteca Nacional argentina não alcançasse um volume equivalente ao da imprensa operária existente nas bibliotecas nacionais de países como Chile, Brasil ou México, seu número não era desprezível. Lamentavelmente, desde que a Biblioteca Nacional inaugurou sua nova sede em 1992, muitas daquelas publicações destacadas em 1968 já não se encontram disponíveis à consulta... Ver IÑIGO CARRERA, N. “Materiales para el estudio de la historia del movimiento obrero argentino. Publicaciones periódicas oficiales, políticas y sindicales”. *Cuadernos de CICOSO*, Buenos Aires, s.c.p., s.d..

¹⁵ GOCIOL, Judith; INVERNIZZI, Hernán. *Un golpe a los libros. Represión en la cultura durante la última dictadura militar*. Buenos Aires: Eudeba, 2002.

¹⁶ Disponível em <<http://www.adondevamos.com/bibliotecas/Biblioteca-Obrera-Juan-B-Justo/16/?js=0>>. Acesso em 25 jan. 2009.

¹⁷ Disponível em <www.fundacionalfredopalacios.org>. Acesso em 25 jan. 2009.

¹⁸ Disponível em <<http://www.nodo50.org/bpji>>. Acesso em 25 jan. 2009.

¹⁹ Disponível em <<http://www.libertario.org.ar/bael.html>>. Acesso em 25 jan. 2009.

²⁰ Disponível em <<http://walysoft2.com.ar/pergamo/ccc/cgi-bin/pgopac.cgi?form? default>>. Acesso em 25 jan. 2009.

²¹ Ambos são sindicatos de empresas, símbolos do classismo do início dos anos 1970.

²² Disponível em <www.fundacionpmilesi.org.ar>. Acesso em 25 jan. 2009.

²³ Asociación Íberoamericana para la Recuperación y Protección de los Archivos de los Trabajadores y sus Organizaciones (AIRPATO). *Documentos de la primera reunión iberoamericana para la recuperación y protección de los archivos de los trabajadores y movimientos sociales. 1992*. Madri: Fundación Pablo Iglesias, 1992, p. 523.

²⁴ *Ibidem*, p. 21.

²⁵ A REMOS articulou centros independentes (como a Fundação Pedro Milesi ou a Fundação Simon Rodríguez), centros de pesquisa latino-americanos (como CLACSO e FLACSO), bibliotecas e arquivos vinculados a correntes políticas (como a Federação Libertária, a Biblioteca Alberto Ghirardo, de Rosário, a Biblioteca Operária Juan B. Justo ou a Fundação Alfredo Palácios); bibliotecas e arquivos sindicais (como o Centro de Documentação Eva Perón do Instituto Jauretche da CGT, o Círculo e Sindicato de Imprensa, A Fraternidade – seção de Córdoba, o Sindicato dos Caminhoneiros, o SMATA Córdoba etc.), centros universitários públicos e privados (Universidade Di Tella, Centro de História Operária da Universidade Nacional de Rosário, Instituto de Estudos Históricos da Universidade de Centro-Tandil, as Universidades de Bahía Blanca, de Comahue, Nacional de La Plata etc.), organismos estatais (como o Arquivo Geral da Nação, o Ministério do Trabalho, o Arquivo Histórico Municipal da Cidade de Buenos Aires e outras cidades do país etc.), organismos internacionais (como o escritório da OIT para Argentina, Uruguai e Paraguai) e uma quantidade de bibliotecas e arquivos pessoais (como a Biblioteca Ismael Iñigo Carrera, a Biblioteca Domingo Mercante, pertencente a Nicolás Ciarnello, o Arquivo do Sindicato de Petroleiros, administrado por Vilma Paura, a biblioteca socialista de Víctor O. García Costa etc.).

²⁶ REMOS – Red de Recuperación y Protección de los Archivos de Trabajadores y Movimientos Sociales de la Argentina. *Bibliotecas y archivos documentales de los trabajadores argentinos*. Buenos Aires, jun. 2005, p. 6.

²⁷ Informe de REMOS ante la Reunión Íberoamericana... In Asociación Íberoamericana para la Recuperación y Protección de los Archivos de los Trabajadores y sus Organizaciones (AIRPATO). *Documentos de la primera reunión iberoamericana ...*, op. cit., p. 24.

²⁸ REMOS. *Bibliotecas y...*, op. cit., p. 6.

²⁹ JAMES, Daniel. “Fotos y cuentos. Pensando la relación entre historia y memoria en el mundo contemporáneo”, In *Políticas de la Memoria*, n° 8/9, verão 2009, p. 9.

³⁰ O sítio do CeDInCI está disponível em <www.cedinci.org>. Acesso em 25 jan. 2009.

³¹ PETRA, Adriana. “Los documentos particulares como fuentes históricas: la experiencia del CeDInCI con los fondos de archivo de las izquierdas argentinas”. *Políticas de la Memoria*, n° 6/7, p. 206 e seguintes.